

# Última Hora - metodologia da pesquisa nas representações simbólicas da violência

Carlos Eduardo Fialho

## INTRODUÇÃO

Finalmente eu havia conseguido a autorização do juiz para entrevistar os homicidas na carceragem da Polinter em Niterói e São Gonçalo. Foi uma jornada percorrida com persistência. Não fosse a convicção e o desejo de realizar o trabalho, eu teria desistido no meio do caminho. Conseguir um passaporte para dentro da cadeia e conversar com os presos é muito mais difícil do que se imagina, principalmente para um acadêmico que não tem tradição em pesquisa na área da segurança e justiça, tampouco faz parte do sistema judiciário. Mas consegui a permissão, recorrendo às autoridades policiais e finalmente apresentando o projeto ao juiz responsável pela custódia dos presos das duas carceragens.

Não demorei em descobrir que chegar até os presos não foi a parte mais difícil do trabalho, o pior ainda estava por vir: me ver frente a frente com alguém que, a princípio, tinha todas as garantias para permanecer calado e, se falasse, poderia mentir para preservar a sua integridade. Uma outra dificuldade era que todos os presos enquadrados como homicidas estavam à minha disposição e uma questão se colocava: o que exatamente eu queria deles, quais os caminhos para chegar aos meus objetivos e quais seriam aqueles que me interessariam, ou seja, quais seriam os presos escolhidos?

O que eu queria é que eles me contassem - até onde a memória conseguisse alcançar - como haviam sido os últimos momentos antes de cometer o assassinato. Mas não queria que me dissessem a causa, o que os motivou, se foi a vingança, a desavença momentânea ou seja lá o que for. Queria que reconstruíssem a última hora antes do crime. O que estavam fazendo, como estavam se relacionando com as outras pessoas, quais as expectativas que tinham quanto à solução do conflito que os levou ao assassinato de alguém. Não me interessavam as causas,

---

CONFLUÊNCIAS - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE SOCIOLOGIA E DIREITO, VOL. 9, Nº 1, 2007 - pp. 43 a 56.

Carlos Eduardo Fialho

“matei porque...”, mas como aquelas pessoas lidaram com os fatos que foram colocados frente a elas e como lidaram com os outros personagens envolvidos no ambiente emocional e social que levou ao desfecho do homicídio.

Quais seriam os escolhidos para falar (se é que falariam)? Deveriam ser homens que não haviam passado pela polícia antes daquele momento - do homicídio -, que não estivessem ligados a atividades criminosas, não pertencessem a quadrilhas ou grupos de extermínio, grupos nos quais o papel de grande assassino era uma credencial para alcançar o reconhecimento ou ocupar postos na hierarquia grupal. Meus entrevistados poderiam ser trabalhadores ou desempregados, casados ou solteiros, pais de família ou não, muito jovens ou muito velhos, pertencentes a qualquer classe social e sem exigências de grau de educação formal, mas não deveriam ter tido uma experiência anterior como homicida nem pertencer a quadrilhas. Qualquer pessoa (“homens” apenas porque eu não havia solicitado ainda as entrevistas com as presas da carceragem feminina) que tivesse sentido a sua vida sofrer uma guinada radical a partir de um momento que não fora previsto, premeditado ou desejado com antecedência. Pessoas que perceberam o que haviam feito, em muitas vezes, só após o ocorrido, que tiveram a dimensão da tragédia pessoal que haviam se envolvido, depois de reagir a uma situação ou a um conjunto de situações surgidas no cotidiano das relações conjugais, das relações de amizade, das relações de trabalho ou de lazer, de uma forma geral das relações sociais possíveis à média das pessoas que vivem em sociedade.

Finalmente os entrevistados também não deveriam ser pessoas que vivenciavam rotineiramente situações excepcionais, extraordinárias. A excepcionalidade só estaria presente na solução, no desfecho dos fatos, no crime cometido.

As entrevistas deveriam revelar o universo de valores e representações que estavam presentes naquele momento da vida destes personagens, e o homicídio como um desfecho possível - porém conscientemente rejeitado - no conjunto dos códigos de valores que intermediaram as relações de conflito.

O não pertencimento a um ou vários conjuntos que configuram a identidade do sujeito não é tratado como a causa direta do homicídio cometido, mas apenas como um fator que deve ser agregado para a compreensão da ação empreendida. O homicídio foi narrado como uma ação terminal, como solução de uma relação conflituosa, na dimensão que a ética e a moral social mais ampla dá ao fato. Além disso, observando o caminho percorrido até o desfecho chamou a atenção a presença de um elemento permanente na vida dos entrevistados: a exclusão social a qual essas pessoas estavam submetidas e a ausência do Estado como elemento institucional de suporte aos conflitos. Exclusão nas várias formas possíveis, como atores que não estão plenamente integrados aos grupos que promovem o auto-reconhecimento individual, ou a exclusão

pelo não pertencimento aos grupos que usufruem das benesses produzidas e distribuídas pela sociedade e pelo Estado. Exclusão do sistema regular de emprego, das formas de lazer, das atividades culturais, do sistema de ensino, do atendimento de saúde, da estrutura familiar, religiosa, etc.

O ambiente de valores que conduz ao homicídio – na forma como aparece nas entrevistas – reflete um conjunto de códigos de comportamento que são exteriores ao ato criminoso em si, significa dizer que o assassinato não é uma forma de solução dos impasses regularmente inscritos na conduta rotineira dos entrevistados. É uma forma de solução de uma contenda que não deixa de passar pela interpretação dos símbolos e pela aceitação dos valores disseminados pelo grupo social, mas também é o reflexo da ausência de suportes institucionais eficientes que pudessem criar oportunidades para que os indivíduos entrevistados dessem outro sentido à solução dos conflitos que se apresentaram a eles: conflitos conjugais, disputas por mulheres, brigas em transporte coletivo, conflitos em botequins, provocações pessoais, são alguns casos narrados nas entrevistas realizadas.

O projeto “Última Hora” objetiva registrar as narrativas destes personagens identificados na sociedade apenas como homicidas e presidiários. Estes personagens são vistos neste projeto como aqueles que elaboraram e re-elaboram sua identidade através de um conjunto de signos e representações que, por sua vez, são postas umas frente às outras, comparadas e substituídas, permitindo que a troca de significados forme um universo simbólico com características dinâmicas e em permanente transformação, fluidas, efêmeras. Elas constituem o lugar de referência cultural para a elaboração das tomadas de decisões e ações. Portanto, a premissa nesta pesquisa é de que a ação individual se constitui numa atitude de reflexividade frente aos símbolos construídos na dinâmica do convívio em grupo, e que a sua leitura, por ser reflexiva, é uma reação do indivíduo às mensagens que ele recebe e emite, que nem sempre conduz a ação no sentido de ser o melhor resultado esperado pela coletividade.

A “última hora” antes do assassinato é o instante sobre o qual colocamos nossa atenção, constituindo o espaço de tempo onde ocorre uma interferência na identidade constituída do nosso personagem, até então reconhecida simbolicamente pelo grupo e pelo próprio personagem socialmente integrado, enquanto ele conduzia as ações dentro do universo de expectativas da coletividade. Ao passar da condição de cidadão pertencente a um grupo de inclusão social (mesmo que periférico) com várias inserções num universo simbólico constituído por valores efêmeros, porém importantes na formação da sua identidade (trabalhador, chefe de família, pai, etc.) para a condição de presidiário – quando o Estado apenas se faz presente como força institucional na forma do sistema prisional – os entrevistados demonstraram que também se viram frente a iminência de transitar do lugar dos valores e dos códigos de conduta que norteavam

Carlos Eduardo Fialho

as ações do cotidiano socialmente aceitas para o lugar da rejeição social que vai do espaço mais amplo (rejeição por parte da opinião pública, por exemplo) ao mais restrito (por parte da família e das pessoas mais próximas a eles). Neste momento eles passaram a lidar, segundo os depoimentos, com os códigos que elaboravam uma nova identidade agregada à sua história de vida, agora de presidiário e homicida, sem que tivessem desejado esta mudança ou, sequer, freqüentassem grupos nos quais essa possibilidade pudesse ser aventada de forma objetiva.

O momento que antecede ao homicídio, a “última hora” antes do crime, é o momento no qual se organizam as escolhas individuais que vão desestabilizar as “pontes” de integração do indivíduo nos grupos locais, ao mesmo tempo em que marca sua entrada para um outro grupo socialmente reconhecido e estigmatizado como o “grupo dos excluídos”.

Minha intenção neste artigo não é apresentar um diário de bordo sobre a experiência das entrevistas com os homicidas nas carceragens da Polinter. Meu interesse neste recorte da pesquisa é apresentar as bases teóricas e metodológicas sobre as quais me apoiei para poder atravessar o desafio que se colocava à minha frente. Como alcançar o meu objetivo de pesquisa quando os presos que se disponibilizassem a falar começassem a narrar as estórias, apresentassem os fatos e personagens que compunham o quadro do homicídio, reconstruísem diálogos e, evidentemente, falassem dos motivos que os levou para dentro da cadeia, para um lugar estigmatizado pela sociedade como o lugar social dos quase irremediavelmente excluídos? Como eu organizaria as falas, narrativas de uma única versão de um único fato, ímpar na vida daquelas pessoas, de forma que me permitisse visualizar e analisar o conjunto de valores e representações que atravessaram aquele instante da vida dos entrevistados? Se estes valores eram perenes, ou se estiveram presentes em outros momentos nas ações individuais e “coletivas” ou se foram descobertos através das contingências comuns às relações grupais? Estes foram alguns de problemas que surgiram na minha frente, que deveriam ser solucionados a partir de uma escolha metodológica precisa, que se aplicasse com exatidão à técnica da entrevista e à história oral. Uma metodologia que colocasse em relevo não apenas o que eles falariam, mas a forma como falariam e o conjunto das narrativas elaboradas pelos entrevistados, além de outros indícios que seriam revelados, que eu não tinha como conhecê-los de antemão, mas certamente surgiriam e para os quais eu deveria estar atento.

## A ESCOLHA METODOLÓGICA

Apresentado o problema cabe expor as ferramentas metodológicas que permitiram jogar luz sobre a questão. Não se trata nesta modalidade de pesquisa em trabalhar sobre a formulação de uma hipótese, mas apenas de identificar um conjunto de fenômenos numa determinada

população, constituindo a base para pesquisas futuras com metas e aplicabilidades diferenciadas. A questão era identificar um conjunto de símbolos que participaram da estruturação de valores e da formação da identidade daqueles homicidas ocasionais.

A identificação do universo simbólico dos personagens entrevistados pressupunha a existência de um conjunto de valores que norteavam as escolhas pessoais no espaço do micro-universo comportamental.

O *interacionismo simbólico* indicava o caminho para a compreensão da ação empreendida pelos agentes (homicidas), vejamos alguns princípios do método:

1. *as pessoas, individual ou coletivamente, estão preparadas para agir à base dos sentidos dos objetos que compreendem seu mundo;*
2. *a associação das pessoas se dá, necessariamente, sob a forma de processo no qual elas estão fazendo indicações uma à outra e interpretando as indicações uma da outra;*
3. *os atos sociais, não importa se individuais ou coletivos, são construídos através de um processo no qual os atores notam, interpretam e avaliam as situações que eles confrontam; e*
4. *a intervinculação complexa dos atos que compreendem organizações, instituições, divisão do trabalho e redes de interdependência são questões moventes e não-estáticas”.*<sup>1</sup>

Desta forma o ambiente social deixa de se impor por completo ao indivíduo, retirando-o do papel de personagem não-interferente na dinâmica transformadora deste mesmo ambiente. Considerando o papel dos agentes sob a ótica interacionista a sociedade perde significativamente o papel determinante sobre todas as ações individuais. Ainda assim, consideramos para efeito da compreensão das atitudes dos homicidas que possuem o perfil que descrevemos anteriormente, a sociedade como uma estrutura maior que elabora os primeiros traços orientadores da ação e da identidade (uma vez que ela condena com veemência o assassinato), mas não consegue dar conta da definição de todas as ações, principalmente daquelas que vão de encontro aos valores e códigos sociais que têm menos abrangência, aquelas que têm maior validade nos grupos menores, de cultura local. Significa dizer que estes pequenos grupos condenam o assassinato como solução de conflitos, mas não deixam de lançar um olhar de complacência para o aspecto contingencial e para o contexto em que o ato foi cometido.

O interacionismo simbólico, neste caso, indica o caminho a seguir para alcançar o final da jornada na proposta de pesquisa, visto que esta metodologia não trabalha com as grandes estruturas sociais como a elaboradoras das ações das pessoas. Nela a noção de realidade é

estruturada através das trocas simbólicas que são realizadas pelos grupos através do processo de interatividade entre os personagens singulares. Segundo Mirian Goldenberg

*“o interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como interprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que prioriza os pontos de vista dos indivíduos. O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos vêm este mundo, o meio mais adequado de captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através dos olhos dos pesquisados”.*<sup>2</sup>

Os homicídios praticados pelos personagens entrevistados, uma vez que não haviam sido atos necessários ao reconhecimento social, à aquisição do respeito no interior do grupo e à ascensão na hierarquia grupal - e também não se constituía num gesto de desvario, impensado ou cometido “pelo outro” - deixava nosso personagem num lugar social compatível pelo ocupado pelos demais membros do grupo do qual fazia parte, ou seja, participava de atividades em família, estava empregado formal ou informalmente, tinha algum tipo de lazer, etc. Não ouvi em nenhuma das entrevistas que realizei indícios de que naquele momento, no momento do assassinato, “*não era eu*” que estava agindo, ou agi para me vingar porque não era aceito entre os pares.

Como retornar no tempo e compreender a ação que eles cometeram? O interacionismo simbólico parte da idéia de que estes personagens estão construindo permanentemente um conjunto de elementos simbólicos que formam o grupo e a sociedade, permitindo o reagrupamento das escolhas e das ações sociais, mesmo aquelas que tenderiam a sofrer uma forte ação constrangedora pela força dos princípios morais e éticos fortemente arraigados em sociedade. Para Guesser

*“a interação social é uma ordem frágil, instável, temporária, que está em constante construção pelos atores, de modo que estes podem, através dela, interpretar o mundo em que estão inseridos e no qual interagem. Em outras palavras, afirma-se que as ações sociais não podem ser capturadas no decurso de uma lógica pré-estabelecida, causalmente estabelecida a partir de uma ordem de fatos externos e fixos.”*<sup>3</sup>

Georg Simmel foi um dos pioneiros na constituição da teoria que lança um olhar que valoriza a interação entre os indivíduos em sociedade. Suas propostas teóricas apontam para o processo de interação nas micro-relações entre os personagens sociais e a sociedade a qual, por sua vez, é tratada como uma estrutura viva e dinâmica em processo de transformação, criando os meios institucionais de mediação das transformações. Simmel lança o olhar sobre a vida cotidiana, os

gestos e as relações estabelecidas pelas pessoas em situações comuns. Como parte da vida do dia a dia, longe das atitudes excepcionais, as atitudes observadas e interpretadas por Simmel são aquelas que os atores realizam de forma repetitiva sem se dar conta do significado que ela comporta. Eram atos, gestos, palavras e práticas que encontravam na compreensão do outro a possibilidade de vir a se repetir e adquirir sentido.

Neste ponto Simmel nos aproxima de outro autor que norteia nossa pesquisa, Alfred Schütz, para quem a prática cotidiana gera um conjunto de elementos simbólicos capazes de dar sentido ao universo que chamamos de sociedade, formando uma realidade social que

*“é a soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivido pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. (...) Desde o princípio, nós, os atores no cenário social, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós”<sup>4</sup>*

Para Schütz a racionalidade não é um elemento presente na ação dos indivíduos, a busca de uma linha coerente e racional, próxima da exatidão científica para explicar os acontecimentos é uma tarefa fadada ao insucesso. O ambiente social, segundo Schütz, é produto das trocas simbólicas realizadas entre os indivíduos e a possibilidade de construção da unidade que chamamos de “social” é resultado do processo dinâmico de interação das diversas interpretações dos códigos emitidos pelos próprios atores. O significado das ações empreendidas por alguém possui um significado específico para quem empreende o ato e que só é possível ser entendido pelos demais personagens na medida em que ocorre uma similaridade entre interpretações. Esta relação de similaridade dá forma ao ambiente social mais amplo no qual interagem as pessoas. Para Schütz, o mundo social é resultado da intersubjetividade das relações entre atores sociais medida por um conjunto de códigos e símbolos que são compreendidos coletivamente. Nossas compreensões individuais não dão, por si só, sentido social às coisas que fazemos se não forem compartilhadas por outros personagens. Se existe uma lógica ou um sentido previamente estabelecido nas relações entre personagens sociais, este sentido se encontra no campo das “expectativas” que norteiam nossas ações. São expectativas que giram em torno da reciprocidade, não agimos para que nossos atos não tenham sentido e se esgotem na nossa própria ação. Segundo Schütz nossas ações estão direcionadas para o reconhecimento por parte dos outros, da coletividade, na forma de entendimento dos códigos que foram emitidos. Dessa maneira os homens passam do campo da subjetividade dos códigos particulares para o campo da objetividade - ou realidade - das relações sociais. Uma realidade permanentemente mutável, à qual novos elementos são constantemente agregados gerando novos significados que permitem aos persona-

gens se situar em diferentes “lugares sociais” reconstruídos a partir do deslocamento através do tempo e da geração de novos contextos.

O ponto de partida do ato desviante para a maioria da sociedade, o assassinato, não me pareceu, segunda a narrativa dos assassinos, uma manifestação exterior ao conjunto de códigos que naquele momento e contexto regiam as escolhas que os personagens faziam frente a situações de conflito ou sob a pressão do constrangimento causada muitas vezes pela vítima. Por outro lado, a dinâmica pertinente à emissão e interpretação dos códigos que regem a formação e o funcionamento de um grupo social é dinâmico, mutáveis e nem sempre passíveis de interpretação pelas partes envolvidas no processo de interação. Neste momento tenho a impressão, analisando os depoimentos, que nos instantes que antecedem ao crime ocorreu um ponto de ruptura parcial entre o sujeito e o grupo, momentâneo, mas que se restabeleceu depois do ato. Em grande parte dos casos analisados, o ato cometido pelo assassino se não adquire a aprovação, pelo menos tem o reconhecimento da “inevitabilidade” da ação por parte do grupo na qual ele se inseria. Cabe fazer uma checagem com os personagens presentes no ambiente, não na forma de depoimento oral sobre “aquele” assassinato, mas observando o cotidiano e os padrões regulares de comportamento e opiniões acerca de fatos que formaram o ambiente de ação do assassino.

Pistas nesta direção são dadas quando os depoentes ressaltam a necessidade do crime como forma de ultrapassar uma barreira que impedia o bom andamento das relações entre os indivíduos (no plural mesmo). Uns mataram porque o ambiente no bar estava insustentável com a presença da vítima, outro já não conseguia trabalhar na sua oficina mecânica e no bar que mantinha ao lado da oficina, um terceiro vinga a morte do primo na porta de uma festa, além de situações que envolviam a traição conjugal, o abandono dos filhos, encontros com outros homens (não nos esqueçamos que os depoentes são apenas homens, por enquanto), bebedeiras em biroscas, humilhações, e por aí vai.

Para dar conta deste processo de interação usei algumas técnicas de pesquisa. Fiz uso nas entrevistas da história de vida, o que me fez direcionar a pesquisa, em parte, para o campo metodológico da história oral. Deveria ter comparado as narrativas dos entrevistados com os materiais colhidos de outros personagens envolvidos nos fatos (em cada um dos homicídios narrados) e a análise de outras fontes documentais que formassem um quadro contrastante com a narrativa dos personagens centrais (os homicidas). Porém, entendo que a ausência de algumas técnicas de pesquisa e a utilização do recorte metodológico não comprometeu o resultado do trabalho na medida em que o meu interesse estava exclusivamente voltado para a construção de uma realidade simbólica parcial, ou seja, aquela constituída e apropriada pelo



próprio homicida na elaboração do seu personagem social (que é bem maior do que o personagem do “assassino”).

## A NARRATIVA DOS PRESIDÁRIOS E A HISTÓRIA ORAL

Como escrevi no início deste artigo, o que me parecia o trecho do percurso mais difícil se tornou o mais fácil, para isso bastou que eu me visse cara a cara com o entrevistado, às vezes no interior de uma cela vazia, sentados os dois num catre de cimento, eu me vendo frente à necessidade urgente de dizer para o entrevistado o que eu estava fazendo ali. Por sua vez, do outro eu poderia ouvir qualquer coisa, desde a justificativa do crime até um pedido de ajuda para a assistência judiciária porque ele estava “esquecido” na cadeia havia meses. Era uma incógnita.

Porém, metodologicamente, era importante ter a clareza de que a fala do presidiário não seria um complemento ou ilustração para a análise de outras fontes, como os documentos dos autos e a comprovação de que ele era de fato o assassino (em todos os casos um assassino confesso) de uma pessoa. O discurso que eu ouviria e seria gravado, se não era a única fonte de análise, era a mais importante que eu utilizaria. Também era importante ter em vista que não me interessavam as causas do crime e as justificativas pessoais, mas o universo simbólico que conduziu a ação. A dificuldade estava lançada: criar um ambiente favorável para que o preso reconstruísse a teia das relações sociais e afetivas que antecederam ao assassinato, um único fato na vida dele que o deslocava completamente do grupo no qual ele havia elaborado sua identidade até então. Porque a história oral se fazia necessária? Em primeiro lugar porque estava trabalhando apenas com uma fonte que é a história narrada pelo personagem diretamente envolvido no fato, portanto as narrativas apontavam para os indícios que deram relevância e estruturaram a fala do entrevistado. Significa dizer que comecei a trabalhar com os documentos que foram gerados a partir do ponto de vista de quem narra, me permitindo identificar os elementos relevantes que seriam inseridos pelo narrador na sua fala.

*“a história oral é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para um processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.*

*Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa*

Carlos Eduardo Fialho

*forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”<sup>5</sup>*

O entrevistado não narra tudo o que aconteceu, ele fala de um modo particular, do seu entendimento do passado, encaixa os momentos vividos na narrativa construída no presente segundo critérios de valor e relevância e os arruma através de um processo valorativo. Trabalha com a multiplicidade dos acontecimentos e a complexidade das relações que marcaram e agora elaboram a vida cotidiana. O que ele vai conseguir transmitir numa entrevista realizada vários meses depois do fato é um ordenamento bastante particular. A história oral será um documento distorcido, ou melhor, ajustado a uma memória particular, mas que, como memória reflete uma estrutura e uma escala de valores que serão percebidos por mim enquanto eu conseguir entender o contexto em que recolho estas informações e o contexto que ele atribui ao fato ocorrido no passado sob a ótica do presente. Esse exercício de contextualização pode minimizar as distorções existentes nas falas, mas não pode superá-las. Mas quem disse que me interessa superar as distorções? O mais importante é saber que elas existem e utilizá-las como parte da constituição das narrativas. Segundo Jean-Jacques Becker

*“O que nos interessa mais precisamente é o que podemos esperar do depoimento a posteriori. Podemos deixar de lado o depoimento sobre os fatos importantes a que outros tipos de fontes dão acesso. Em compensação, esse tipo de depoimento acaso esclarece os sentimentos, os comportamentos? Como disse há pouco Pierre Renouvin, existe no comportamento dos homens alguma coisa de incomunicável, de inapreensível. Será que a história oral permite reduzir essa parte incognoscível?”*

*Primeira dificuldade: a história oral tem por natureza um caráter individual. Não se fala em nome de um grupo, mas em seu próprio nome. É mais ou menos o contrário do documento de história, que em geral tem caráter coletivo. Como materialmente é difícil interrogar um grande número de testemunhas, não raro o corpus corre o risco de ser demasiadamente limitado, seja em número, seja em representatividade.*

*Segunda dificuldade: não é difícil retificar o erro material que escapa num depoimento, mas é impossível retificar as transformações de sentimentos ou de atitudes que podem ser expressas. De alguma forma, por definição, nenhum meio permite isso”<sup>6</sup>*

De qualquer maneira estamos lidando com um documento que trabalha sobre a realidade elaborada do depoente. São depoimentos baseados em fatos comprovados, eles existem nos registros policiais e estão descritos nos processos judiciais, mas estão sendo apresentados e

elaborados naquele momento pela memória e pelo conjunto de valores do entrevistado, a partir de um ponto de vista diferenciado daquele que havia na época do acontecimento e selecionado segundo critérios pessoais.

Encontrei narradores, em mais de uma entrevista, que choraram não pela morte da pessoa que ele matou, mas lembrando os termos das ofensas que ele havia sofrido antes de cometer o crime; outro que havia cometido um crime passional, reafirmou o amor pela ex-companheira, mas o transtorno de estar na cadeia ainda é menor do que as atribulações que ele vivia quando estavam juntos, os conflitos com outros homens, conflitos no tratamento com os filhos, envolvimento com drogas e bebidas. Outros casos foram de vingança contra terceiros, em defesa de parentes, disputas por objetos simplórios como um maço de cigarros, defesa da honra da namorada, etc. A pergunta que fica remete a quais dos elementos que constitui as características da identidade do ator estavam presentes antes do assassinato e quais foram construídas para dar sentido à ação e a sua inserção num novo grupo social.

Algumas características dos depoimentos que gravei aparecem como parte dos escritos dos processos judiciais como motivações ou causas do crime, mas não são tratadas nos documentos policiais e da justiça colocando em relevo os indícios da história pessoal, portanto estas fontes não serão utilizadas por mim. Essas particularidades se tornam invisíveis aos olhos das instituições, desaparecem e escondem o sentido do ato criminoso tal como ele é entendido pelo agente da história. A narrativa que revela o lado invisível do acontecimento é o que procuramos, é o momento da perda parcial da identidade, do afastamento momentâneo do indivíduo em relação ao grupo de pertencimento, é o momento do reordenamento das estratégias e da emissão de códigos pessoais. Geram ações que resultam, em alguns casos, em arrependimento, apesar de surgir também a idéia distante do dever cumprido, ou seja, “não havia outra saída”. Mas como chegar a este relato e saber se ele de fato pertence ao universo do entrevistado? Como não interferir de forma positiva ou negativa, fazendo o entrevistado se aproximar dos valores e códigos que apenas justificam a ação ou se distanciar deles elaborando uma fala direcionada exclusivamente para mim como entrevistador? Segundo Danièle Voldman

“A palavra-fonte possui duas características particulares que fazem ao mesmo tempo sua riqueza e sua fraqueza. Primeiramente, de modo mais ou menos pacífico, a entrevista é um jogo de esconde-esconde entre o historiador e seu interlocutor. O primeiro, instalado numa posição de inquisidor. Se apresenta como aquele que sabe ou que saberá, porque sua missão é estabelecer a verdade. O segundo, intimado a fornecer informações que permitirão essa operação, freqüentemente é forçado a ficar na defensiva, de tão evidente que é a suspeita do entrevistador, enquanto ele próprio sente que possui a força da convicção daquele que viveu. Assim enquanto o método referente aos documentos escritos declarativos consiste em praticar uma dúvida sistemática, da qual somente o cruzamento com outras informações permite sair, o historiador que ouve a palavra-fonte expressa uma dúvida sobre a dúvida, pois duas subjetividades imediatas se conjugam, tanto para esclarecer quanto para confundir as pistas.

(...) o historiador tem que navegar a crista de uma onda sempre prestes a arrebentar, seja na beira de uma memória reconstituída ou firmemente construída por motivos diversos (preservação de uma identidade coletiva ou de um mito, proteção pessoal da vida passada, risco de ter que mudar de modo de representação de sua própria existência...)”.<sup>7</sup>

Em suma, no final de dois meses de entrevistas eu tinha algumas dezenas de depoimentos gravados, narrando histórias de vida, ricas em detalhes, reais ou imaginados, mas seja como for, cabia em seguida fazer os cruzamentos no interior das falas, resgatando os símbolos e os indícios que davam forma ao acontecimento, agora apresentado na forma de relato, para que eu pudesse me aproximar do universo simbólico daqueles personagens e compreender o sentido social da ação que eles haviam empreendido sem qualquer planejamento, ou sem intenção: um homicídio como um ato isolado na vida de pessoas comuns.

Recebido para publicação em junho de 2007

Aprovado em agosto de 2007

## NOTAS

1. BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism Perspective and Method*. California, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey, 1969. Citado por Teresa Maria Haguette. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1999.
2. GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
3. GUESSER, Aduino. *Op. Cit.*
4. COULON, Alan. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes, 1995.
5. LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea*, in FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
6. BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
7. VOLDMAN, Danièle. *Definições e usos*. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Jean-Jacques. 2001. *O handicap do a posteriori*. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV.



COULON, Alan. 1995. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes,.

- GEERTZ, C. (1998). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GOLDENBERG, Mirian. 1999. *A Arte de Pesquisar*. Rio de Janeiro, Record.
- GUESSER, Adalto. *A etnometodologia e a análise da conversação e da fala*. Em Tese, vol. 1. nº 1. agosto/dezembro 2003, pág. 149-168. Revista eletrônica (www.emtese.ufsc.br)
- HAGUETTE, Maria Teresa Frota. 1992. A Etnometodologia. In *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes
- HERITAGE, John C. 1999. Etnometodologia. In GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (org.). *Teoria Social Hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 1ª reimpressão, São Paulo: UNESP,
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. 2001. *Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea*, in FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV,
- MYERS, Greg. 2002. Análise da Conversação e da Fala, In BAUER, Martin W. & GASKELL, George (org.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático*. Petrópolis: Vozes.
- SCHUTZ, A. 1979. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, H. (Org). *Fenomenologia e Relações Sociais: Textos Escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1974. *Don Quijote y el problema de la realidad*. In: *Estúdios Sobre Teoria Social*. Buenos Aires, Amorrortu.
- TURNER, Roy. 1974. *Ethnomethodology*. Canadá: Penguin Books.
- VOLDMAN, Danièle. 2001. *Definições e usos*. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV.

## RESUMO

“Última Hora” registra as narrativas de personagens identificados pela sociedade apenas como homicidas e presidiários. São indivíduos que elaboraram sua identidade através de um conjunto de signos e representações. O ambiente de valores que conduz ao homicídio – na forma como aparece nas entrevistas - reflete um conjunto de códigos de comportamento que são exteriores ao ato criminoso em si, mas também é o reflexo da ausência de suportes institucionais eficientes que pudessem criar oportunidades para que os indivíduos entrevistados dessem outro sentido à solução dos conflitos. A premissa nesta pesquisa é de que a ação individual é produto da reflexividade, produto das trocas simbólicas que ocorrem na dinâmica do convívio em grupo.

**Palavra-chave:** exclusão social - cultura e universo simbólico, identidade – reflexividade - homicídio.



Carlos Eduardo Fialho

### **ABSTRACT**

The “Last Hour” is a research that registers narratives from penal system’s characters, identified as homicides and convicts by the social group. These individuals elaborated their identity through a number of signs and representations. The atmosphere and values that leads to the homicide - in the form how it appeared in the interviews – shows behavior’s codes external to the criminal action in itself, but it also reflects the inefficient institutional supports on creating opportunities so that the interviewed individuals could get into diferents solutions for their conflicts. This research’s premise is that the individual action is product of the reflexivity, product of the symbolic changes that happen in the dynamics of the group relations.

**Key-words:** social exclusion - culture and the symbolic universe - identity, reflexivity - homicide